



ACÓRDÃO Nº 85/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1528/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas.
- 3- **Órgãos:** Fundação de Medicina Tropical “Dr. Heitor Vieira Dourado”.
- 4- **Responsáveis:** Sra. Maria das Graças Costa Alecrim, Diretora-Presidente, à época, e Sra. Deusa Maria Nogueira Rosário – Ordenadora de Despesas.
- 5- **Advogado:** Não possui.
- 6- **Unidade Técnica:** DICA-AM.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 324-EX/2017 – MPC – CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral (fls. 324/326).
- 8- **Relator:** Auditor Mario José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas.

*Regularidade. Multas. Prazo. Determinação.
Ciência.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular, com ressalvas, a Prestação de Contas da Fundação de Medicina Tropical – Dr. Heitor Vieira Dourado, sob responsabilidade das Senhoras Maria das Graças Costa Alecrim, Diretora-Presidente à época, e Deusa Maria Nogueira Rosário, Ordenadora de Despesas da Pasta, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

9.2- Aplicar multa à Sra. Maria das Graças Costa Alecrim, Diretora-Presidente da FMT à época, no valor de R\$ 4.468,00 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais), de acordo com o parágrafo único



ACÓRDÃO Nº 85/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do art. 53, da Lei Orgânica deste TCE/AM, em razão da impropriedade apontada no item III da Proposta de Voto;

9.3- Aplicar multa à Deusa Maria Nogueira Rosário, Ordenadora de Despesas da FMT, no valor de R\$ 4.468,00 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais), de acordo com o parágrafo único do art. 53, da Lei Orgânica deste TCE/AM, também em razão da impropriedade apontada no item III da Proposta de Voto;

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que as Senhoras Maria das Graças Costa Alecrim e Deusa Maria Nogueira Rosário recolham a multa que fora imposta aos cofres da Fazenda Estadual (art. 174 da Resolução n. 04/2002), ficando autorizada a DICREX a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002 (Regimento Interno do Tribunal de Contas);

9.5- Determinar às gestões presente e futura da Fundação de Medicina Tropical – Dr. Heitor Vieira Dourado que:

- a) se abstenha de conceder diárias nos moldes ocorridos no presente feito, observando se realmente os colaboradores possuem os requisitos que justifiquem a concessão, respeitando assim os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, economicidade e concurso público;
- b) se abstenha de realizar qualquer medida tendente a resultar em eventuais controversas no Balanço Financeiro; e que observem com maior cautela os prazos para a devolução de saldos pendentes, de modo a evitar as incongruências exploradas nesta Proposta de Voto;
- c) passe a observar com rigor os procedimentos necessários à boa manutenção dos contratos firmados, respeitando rigorosamente o que preceitua a Lei nº 8.666/93, em seu art. 67, bem como atente às etapas a serem obedecidas em eventuais rescisões de contratos, também previstas na Lei de Licitações e Contratos, nos arts. 77 a 79.

9.6- Dar ciência às Responsáveis, Sra. Maria das Graças Costa Alecrim, Diretora-Presidente à época, e da Sra. Deusa Maria Nogueira Rosário, Ordenadora de Despesas da Fundação.

10- Ata: 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 27 de Fevereiro de 2018.



ACÓRDÃO Nº 85/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

12.1 – Auditor presente e Relator: Mario José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral